



N. 2-60

Coordenador: Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

IDÉIAS PARA UMA DOUTRINA DE GUERRA

Gen L. M. Chassin, do Ex Francês

(Traduzido de "Forces Aériennes Françaises").

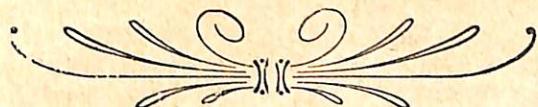
II — ORGANIZAÇÃO

1. A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Major Amerino Raposo Filho

2. A "REICHSWEHR" DE VON SEECKT

Ten-Cel Henrique Oscar Wiederspahn.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, sómente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

IDÉIAS PARA UMA DOUTRINA DE GUERRA

General de Aviação L. M. CHASSIN, da França
Extraído de "Forces Aériennes Françaises"

NOTA DO REDATOR

Sem ambargo de se tratar do depoimento de um General dos mais eminentes no campo do moderno pensamento militar — envolvendo a análise do problema doutrinário francês, melhor seria dizer da Comunidade Ocidental, diante duma Hipótese de Guerra contra o Bloco Vermelho — não há dúvida que muito valimento terá para nós, tal estudo. Não apenas pela soma dos conceitos filosóficos emitidos, que bem situam o trabalho em nível elevado relativamente às bases duma Doutrina de Guerra; mas, sobretudo, porque considera aspectos os quais, como não poderia deixar de ser, são comuns a todas as Fôrças Militares. Vejamos, pois, algumas idéias.

Com fundamento nas lições que a História Militar enseja, para poder extrapolar objetivamente — emergindo a metralhadora e a fortificação de campanha, das guerras de 1870/71 e russo-japonêsa, para se afirmarem elementos decisivos no campo de batalha em 1914/18; o carro de combate e o avião aforando em 14/18, para se glorificarem "os gigantes de 39/45". E, por fim, relativamente ao que sugere a guerra de 1939/45, isto é, sublimando a Técnica e o Homem e, de permeio, o Transporte Aéreo — mostra o Gen CHASSIN a necessidade de se considerar a atual Defesa Nacional, tendo em vista o tríplice aspecto:

- da Guerra Técnica;
- da Guerra Ideológica;
- do Transporte Aéreo.

Assinala, por outro lado, que urge uma reestruturação das Fôrças Terrestres, por forma a enfrentar:

- a Guerra Geral (Atômica ou Não);
- a Guerra Revolucionária.

Indo ao ponto de esclarecer que "Nosso Exército deverá se habilitar para fazer frente, simultaneamente, a dois tipos de guerra absolutamente diferentes".

Depois de chamar a atenção para a necessidade de se rever a organização da Defesa Nacional (aí compreendidos recrutamento, mobilização e organização do Exército), entende o Gen CHASSIN que o futuro Exército Francês deverá ser capaz de conduzir:

- "uma ação defensiva na superfície, com um Exército Técnicamente moderno;
- uma ação defensiva na retaguarda, com um Exército de guerrilhas, apoiado por reforços lançados de pára-quedas".

Devendo, para tanto, possuir alta mobilidade e máximo de dispersão das Fôrças. Mas o quadro das Fôrças Terrestres se precisa melhor, quando o articulista discorre sobre a Preparação para a Guerra, que exige, a seu ver, dois tipos de Exército:

- um Pequeno Exército Profissional, "ao qual será necessário dar o devido relêvo, para que não emigre para o meio civil (como se verifica atualmente nos EUA e CANADÁ)";
- um Exército Nacional, não tanto especializado e de tempo de serviço militar mais curto.

Demais, também a Mobilização deverá modernizar-se, abreviando "os prazos e cuidando da mobilização de grupamentos de combate de Contra-Guerrilha, que deverá, ser regional e instantânea", em condições de viver à base dum logística simples.

* * *

Em verdade, o tema desenvolvido pelo Gen CHASSIN, em que pese sua fundamentação ao campo doutrinário geral sugere, aos que indagamos relativamente à Doutrina Militar Brasileira, algumas perguntas:

- 1 — Como reformular o Problema Militar Brasileiro, tendo em vista os fatores decisivos dum futuro conflito, isto é: a Técnica, o Homem e o Transporte Aéreo?
- 2 — Como as Fôrças Terrestres deverão estruturar-se, para o atendimento às Formas de Guerra: Regular (Geral ou Limitada, Atômica ou Convencional) e Revolucionária, destacadas, como de existência simultânea na mesma área operacional, pelo menos de nível estratégico?
- 3 — Não se impõe, gritante e urgentemente, a necessidade dum reexame do problema organizacional do nosso Exército, em termos que realmente atendam às modernas operações militares e às ações de guerrilhas, dentro e fora do território nacional?

- 4 — Devemos evoluir inteiramente para o Exército Profissional, de pequeno efetivo mas altamente especializado e de quadros com grande adestramento, em conformidade com as diferentes áreas geo-estratégicas de atuação provável? Ou ao contrário, será o caso da manutenção de dois tipos de estrutura, uma permanente e outra de renovação anual ou bienal?
- 5 — Não será o caso de nossos quadros mergulharem mais profundamente no problema da Guerra Revolucionária, nos seus aspectos conceptuais ideológicos, assim como no campo operacional das guerrilhas, das ações irregulares?
- 6 — Já não é tempo de estudarmos as peculiaridades do Homem Brasileiro, no quadro da Comunidade Nacional e em cada uma das Áreas Geo-Estratégicas, com vistas ao seu pleno aproveitamento na solução do Problema Militar Brasileiro, para a Guerra Ortodoxa e, sobretudo, Revolucionária? Suas virtudes, seus defeitos, principalmente suas reações emocionais não deverão merecer destacadada apreciação, quando se pensar na Doutrina Militar Brasileira, na Organização e no Equipamento das Fôrças?
- 7 — O entrosamento da Técnica Militar e do Estado-Maior, em vários níveis, talvez mesmo descendo até o escalão Exército, não será uma necessidade imperiosa, tendo em vista melhor ajustar as possibilidades de nosso campo técnico-científico às implicações doutrinárias? Que pedir, em última análise, às equipes de pesquisa técnico-operacionais, visando à solução do Problema Militar Brasileiro?

Maj A. RAPOSO FILHO

Os militares jamais concordam em abandonar seus velhos brinquedos. Em 1553, quase três séculos depois do advento das primeiras armas de fogo, o inglês John Smyth tornava-se ainda o campeão de arco e flecha, privado, do Rei. Em 1625, Neade voltou à carga. E, por mais extraordinário que isso possa parecer, em 1798, meio milênio após a entrada da humanidade na "era da pólvora", Richard Mason publicava suas "Considerações sobre as Razões que existem para a volta ao serviço do arco e da lança". E melhor ainda, talvez, o arco e a lança tenham conservado seus defensores na Inglaterra até 1850!

Nós vimos, nas vésperas da guerra de 1939, generais franceses publicarem artigos relativos à superioridade certa dos cavalos sobre os carros de combate. Mais recentemente ainda, apesar das numerosas advertências que haviam recebido dos aviadores, os marinheiros de todas as nações obstinaram-se em construir encouraçados, até o dia em que êsses gigantes inúteis morreram sùbitamente, e para sempre.

Certamente que consentimos em aceitar os brinquedos novos... mas abrir mão dos antigos, isso não. Ora, os brinquedos custam cada vez mais caro. Desde que se tratasse de guardar apenas um arco ou uma lança, podia-se ainda aceitar essa inflação. Mas hoje, trata-se de conservar a panóplia mais eficaz. Quando uma arma nova entrar em ação, é necessário suprimir ou variar as antigas. Senão, o país afunda sob o peso das cargas financeiras. Eis uma verdade de que gostaríamos todo mundo ficasse bem convencido.

Mas a questão torna-se difícil quando se trata de escolher a sua panóplia, isto é, promover um programa de fabricação de material. Ora, um programa desses não deve ser, como infelizmente muitas vezes é, o resultado do desenvolvimento anárquico de antigas tendências à evolução para o gigantismo.

Um programa de material deve corresponder essencialmente a uma doutrina de guerra, e uma doutrina de guerra não pode ser fundada senão numa aposta.

A guerra é um jôgo trágico em que o ganhador é o que tem mais imaginação e vontade. Imaginação primeiramente: é necessário ser capaz de "adivinar" o que será a próxima guerra, e isso é dificílimo, como todo mundo sabe. Em seguida, vontade: uma vez que se imaginou uma certa forma de conflito, é necessário preparar-se para ele e, sobretudo, ser bastante forte para impor essa forma ao adversário.

O primeiro ato, aquêle de que tudo decorre, tanto na organização do Exército quanto na fabricação das armas, é pois a aposta sob a forma da luta futura: aposta que constitui propriamente a doutrina de guerra do país ou do grupo de países considerado.

A natureza não dá saltos e, na busca de uma "previsão" tão formidável, o método histórico deve permanecer como o melhor guia.

Ele nos mostra que as grandes revoluções na arte militar fazem-se sempre durante os conflitos. O que se segue começa com armamentos já conhecidos. Trata-se de saber quais, isto é, extrair lições da história e de extrapolar inteligentemente, descobrir, entre as armas empregadas, as que darão uma linhagem, as que se tornarão, aperfeiçoadas e desenvolvidas, as armas dominantes no novo conflito. Do mesmo modo o conservantismo, o medo do risco, o desejo de segurança impedem, muitas vezes, os militares mais inteligentes de serem clarividentes.

Portanto, os franceses de 1914 deveriam ter previsto a importância da metralhadora que êles próprios haviam utilizado com êxito em 1870, e a das fortificações de campanha que tinham despertado tanto interesse durante a guerra russo-japonesa. Foi no período de 1914/18 que apareceram o carro de combate e o avião, que deveriam ser os gigantes de 1939/45. É tão difícil assim descobrir as armas dominantes de amanhã?

De 1939/45 sobressaem dois ensinamentos contraditórios: "os dois extremos", de que já falamos aqui. De um lado, o enorme desenvolvimento da técnica que dá ênfase aos projetis teleguiados, dos quais o V-2 foi o proclamador e a bomba atômica de Hiroshima a realizadora ter-

rível; e do outro, a reabilitação do homem com o advento dos movimentos ideológicos de resistência na categoria de arma maior. Entre os dois, fazendo-se de qualquer maneira ligação, pode-se assinalar a importância sempre crescente do transporte aéreo.

É, pois, sobre este triângulo: guerra técnica, guerra ideológica, transporte aéreo, que devemos procurar construir nossas hipóteses. Porque é bem certo que, pelo menos no início de um próximo conflito, estes três elementos desempenharão um papel capital.

A primeira questão a ser apresentada é a seguinte: levando-se em conta a pouca probabilidade de um conflito atômico, será necessário que nos preparamos para ele ou entraremos num beco sem saída sobre uma forma de guerra que custe terrivelmente caro e que conduziria, se se verificasse, ao aniquilamento de toda a nossa civilização? Não parece que a questão possa seriamente ser apresentada, pelo menos num país que deseja continuar a passar por uma grande potência no mundo. Porque bastaria então ao adversário preparar-se para a guerra atômica, para vencê-la sem vibrar um golpe.

A primeira conclusão a que chegamos é, pois, a seguinte: qualquer que seja o grau de improbabilidade de uma guerra atômica, devemos preparar-nos para ela. E preparar-nos para ela quer dizer duas coisas: primeiramente, fabricar armas atômicas e, em seguida, organizar nossas forças armadas em função dessas armas novas.

Encontramo-nos em seguida diante do segundo fato eminente da guerra 1939/45 cujos conflitos periféricos recentes confirmaram a importância crescente das guerras ideológicas, o que jamais foi tão claramente trazido à luz como agora. Certamente, tínhamos tido na França as guerras de religião, durante as quais os "Ligueurs" (*) uniram-se ao rei católico da Espanha, e os protestantes procuraram socorro entre seus correligionários, os príncipes alemães.

Mas por fim, desde há séculos, as nações haviam adquirido uma homogeneidade no sentimento nacional que tornava inconcebível que, durante uma guerra, uma parte importante da população fosse capaz, por motivos de "fé", de se pôr às ordens do adversário. Hoje, infelizmente, é uma hipótese que não se deve negligenciar. Ela trabalhará por nós ou contra nós, conforme o grau de patriotismo que a educação tenha sabido inculcar no povo.

De fato, encontramo-nos já em nosso império colonial, às voltas com a mais perigosa forma da guerra ideológica: a que é caracterizada pelas ações clandestinas de guerrilha e pelo método de apodrecimento da retaguarda.

Somente o fato de que temos de lutar na África em uma guerra ideológica, mostra-nos a necessidade de nos organizarmos militarmente em função desse gênero de luta.

(*) Elementos da Liga ao tempo dos reis Henrique III e Henrique V da França.

Mas, não podemos nós imaginar que mesmo em caso de conflito europeu estariámos expostos a tais dificuldades?

Sem dúvida. O nosso futuro exército deverá estar habilitado a fazer frente *simultâneamente* a dois tipos de guerra absolutamente diferentes.

Experimentemos agora imaginar como se apresentaria um conflito futuro, atômico e de solapamento, ao mesmo tempo.

Uma coisa é mais ou menos certa, sendo poucos os que a negam: é que êsse conflito começaria por um ataque atômico aéreo, maciço e súbito. Com efeito, a aliança ocidental declarou oficialmente que, tendo em vista sua inferioridade do ponto-de-vista de armamentos clássicos e do número de divisões empenhadas, qualquer ato de hostilidade inimiga, mesmo não atômico, desencadearia de sua parte uma resposta atômica. O inimigo, devidamente prevenido, acha-se pois induzido a dar ao seu ato de hostilidade inicial a forma de um ataque aéreo atômico tão violento quanto possível.

O Ocidente, por sua vez, deve-se preparar para responder à altura, porque é com a superioridade aérea que ele conta essencialmente para conquistar a vitória. É necessário, de início, que ele seja prevenido o mais rapidamente possível para que suas forças de contra-ataque não sejam esmagadas em seu ninho e, em seguida, levante em torno de suas fronteiras uma defesa aérea eficaz, para sofrer o menor número de golpes possível. Observemos, de passagem, que a Europa Ocidental, colada à Cortina de Ferro, se encontra evidentemente nas piores condições, neste particular.

Em primeiro lugar, como não podemos fazer decolar os nossos caças antes que a fronteira tenha sido transposta, o tempo de decolagem e o de subida à altitude do adversário definem uma faixa de terreno que não pode ser defendida senão pelos projetis teleguiados ou canhões. Em segundo lugar, poder-se-ia imaginar que o inimigo desejará sincronizar todos os seus ataques e fazer cair simultaneamente suas bombas atômicas sobre Londres, Nova York, Paris e Chicago. De fato, esta hipótese é admissível e, sem dúvida alguma, seremos os primeiros a ser atacados. Com efeito, a simultaneidade do ataque conduziria o adversário a transpor as cortinas radar do Grande Norte Canadense, a dos Constellations R.C.121 do Atlântico e do Pacífico mais de uma hora antes da Cortina de Ferro. Como a Aliança dispõe hoje de um sistema de transmissão rápido e seguro, e estariámos imediatamente prevenidos e, de conformidade com o Pacto do Atlântico, lançaríamos imediatamente as forças de contra-ataque estacionadas na Europa. Resultaria daí êsse paradoxo de que as nossas bombas atômicas cairiam primeiro em território inimigo.

Vê-se evidentemente que o adversário será automaticamente conduzido a transpor simultaneamente as cortinas radar: a Europa Ocidental será, pois, a primeira a receber os golpes. Isto terá uma vantagem enorme para a aliança, de vez que o Canadá e os Estados Unidos gozarião de um aviso prévio importante, de algumas horas, que lhes per-

tirá proceder às evacuações parciais, às prontidões, às dispersões, e, sobretudo, à decolagem sem incômodos de tôdas as suas fôrças de contra-ataque. De tôda maneira, o inimigo se encontra diante de um dilema.

Começará, pois, a guerra aérea atômica. Ela será muito provavelmente decisiva e terrivelmente destruidora. E será ganha pelo país que dispuser dos seguintes trunfos:

I) Uma rôde de alerta e de transmissões funcionando sem falhas no tempo e no espaço.

II) Uma fôrça de ataque estratégica poderosa e treinada que disponha de um estoque praticamente inegotável de bombas nucleares.

III) Uma organização de preparaçâo de condições que ofereça a menor vulnerabilidade possível (proteção civil), desenvolvida ao máximo.

IV) Uma defesa aérea capaz de fazer o adversário sofrer perdas superiores às que o adversário infligir à nossa aviação estratégica.

Enquanto esta guerra está sendo travada nos ares, que se passará à superfície? Podemos imaginar sem dificuldade os poderosos ataques terrestres simultâneos visando nosso flanco esquerdo, a Noruega, no centro a Alemanha e as nações ocidentais, inclusive a Inglaterra, no nosso flanco direito, e finalmente a Turquia e as regiões petrolíferas do Oriente Médio (Iraque, Irão, etc.). Esses ataques hiperbólicos seriam conjugados com ações de solapamento moral na nossa retaguarda, desfechadas inicialmente pelos grupos ideologicamente simpatizantes, apoiados e abastecidos pelos desembarques aerotransportados.

De nosso lado, procuraremos evidentemente empenhar-nos ações defensivas, esperando que uma vitória aérea tenha feito curvar a vontade do inimigo.

Em verdade, de nada serviria, pelo menos em nosso escalão europeu, conquistar uma vitória nos ares se, durante êsse tempo, o adversário se encontrasse em condições de passar por cima das defesas e ocupar inteiramente a Europa Ocidental.

A primeira questão que se apresenta, pois, é realizar um dispositivo suficientemente guarnecido para permitir "ganhar tempo". Ora (e já se escreveu o bastante sobre êste assunto, sendo inútil insistir), a arma atômica favorece, sem dúvida alguma, a defensiva, porque ela é evidentemente muito mais eficaz sobre uma formação concentrada e a descoberto do que sobre uma dispersa e protegida. Contra a infiltração, êsse processo insidioso e perigoso, impõe-se uma defesa contínua. Mas os meios atômicos atuais a tornam muito mais fácil de organizar que no passado.

Não podemos, com efeito, escolher nosso campo de batalha e prepará-lo? É-nos interdito conceber, por trás de um obstáculo importante, batido pelos fogos atômicos possantes, uma faixa de terreno tôda prestes a ser envenenada pelas poeiras atômicas, de modo que a tra-

vessia dessa zona de morte se torne absolutamente impossível, mesmo com os engenhos rápidos?

Não podemos nós instalar aí tranquilamente à frente, pronta a funcionar, sob o dedo de um só homem, uma rede completa de bombas termonucleares de carcaça de cobalto ou sódio, que, graças a explosões subterrâneas, conteriam irremediavelmente todo ataque maciço e mesmo toda infiltração? O arsenal atual da defesa atômica é tão vasto e tão variado com as suas bombas-veneno e suas areias radioativas que se pode imaginar, sem ser tachado de louco, que finalmente — nesta forma de guerra pelo menos — a técnica vai sobrepujar o número. E não há necessidade, sem dúvida, de recorrer a centrais termonucleares gigantes “situadas a centenas de quilômetros da fronteira e alimentando algumas dezenas de postos de preparação e distribuição de radioisótopos em estado concentrado”. Mas, se se tornasse necessário, teríamos também essa solução.

Por agora, bastar-nos-á enterrar profundamente no solo os nossos canhões e bombas, e realizar uma rede de “fortes” subterrâneos entre os quais não poderiam passar as raras formações que saíssem de nossa “zona de morte”.

Seria interessante, e até fácil, aliás, proceder ao estudo da organização defensiva à superfície, a realizar na zona avançada. A única coisa que temos a realçar aqui é que uma guerra ofensiva é quase inconcebível de nosso lado, pelo menos na primeira fase da guerra, e, além do mais, uma manobra defensiva tem atualmente grandes probabilidades de ser vencedora, mesmo que seja efetuada com uma inferioridade numérica considerável, ainda que de 1 para 10.

Apesar dessa enorme inferioridade, e que parecia até agora condenar-nos a uma derrota irremediável, nós conseguiremos estabilizar nossa frente, ficando os dois exércitos paralisados de um lado e do outro da zona de defesa, não tendo o nosso nem os meios nem o desejo de atravessá-la, nem o adversário a possibilidade de o fazer. Mas nós podemos não nos contentar com este “match” empatado. Não poderemos levar o adversário a retirar-se, dizimando-o pelos nossos fogos aéreos diretos, e fazendo-o ficar esfomeado mediante os ataques e a destruição de todos os abastecimentos que lhe chegam da retaguarda. São estas as constatações de que deveremos tirar as conclusões na hora das consequências.

Resta a questão do “apodrecimento” (solapamento). É certo que, enquanto não pudermos refazer em nossa população um moral unânime, enquanto uma parte dos nossos fôr vítima de uma subversão intelectual ou efetiva cuja potência somos obrigados a constatar, apesar de seus absurdos, suas contradições e as ridículas pantomimas de seus chefes, aos quais, sem dúvida alguma, outra doutrina não resistiria, deveremos preparar-nos para nos batermos e, pela primeira vez em nossa história, à retaguarda da linha de fogo. Isso exige, e todo mundo sabe, uma re-

organização total de nosso dispositivo e de nossos hábitos militares. Devemos fazer frente simultaneamente aos "dois extremos".

Analisemos agora, ligeiramente, o caso da guerra no mar. Em uma guerra nuclear, como se sabe, as probabilidades dos navios de superfície atuais tornam-se cada vez mais fracas, e a espantosa vulnerabilidade dos portos obrigará os navios a dispersarem-se o mais rapidamente possível, logo que tiver soado o primeiro sinal de alarme. Nenhuma concentração de navios poderá resistir a um ataque por meio de bombas termonucleares. É certo que o porta-aviões é uma "base naval", mas em face da velocidade dos aviões atuais, essa mobilidade é a do caracol ou da tartaruga. O argumento da "mobilidade" não tem valor. O advento dos meios termonucleares não pode senão reforçar a tese muitas vezes exposta, aqui e ali.

No mar, como na terra, a resposta não pode ser senão a dispersão ou o enterramento. Certamente que o papel de uma marinha atômica será, e nós o veremos, mais poderoso do que jamais o foi em todos os tempos. Agora, falta que, da doutrina, sejam extraídas conclusões aproveitáveis.

Pode-se aceitar ou não o esquema acima. Reconhecer-se-á, pelo menos, que uma parte do que descrevemos antes, a guerra de guerrilha ideológica, já se acha inserita nos fatos. Mas temos que mostrar em que fazer nossa aposta. Supondo, pois, o esquema inteiramente válido, resta-nos procurar que consequências tirar nos diversos domínios da Defesa Nacional: organização da nação para a guerra, isto é, recrutamento e mobilização, organização do exército, ou sejam: comando, estratégia, tática e, para terminar, orçamento, estudos e definição do material a construir.

Comecemos pelo exército.

O exército de terra deve ser capaz de:

- a) conduzir uma ação defensiva na superfície contra um exército técnico moderno;
- b) conduzir uma ação defensiva na retaguarda contra um exército de guerrilhas apoiado por reforços lançados de pára-quedas.

Primeira observação: os choques entre corpos de batalha não existem mais. Praticamente, todo movimento de material pesado é suprimido no campo de batalha, onde, saltando de abrigo em abrigo, evitando se puder as zonas atomizadas, o homem se desloca sózinho, munido apenas das armas que puder transportar. À sua frente, o defensor estará abrigado em seus fortes atômicos, protegidos por centenas de metros de pedra.

Se formos ao extremo de nossas idéias, temos de concluir pelo desaparecimento total das formações blindadas e de todos os "grupamentos táticos" (combat teams) que já conhecemos em 1945. Por mais leve e por mais articulada que seja, uma divisão mecânica não poderá resistir ao trovão termonuclear convenientemente desencadeado. Aliás, ela

é inútil e concentrada é vulnerável. O fenômeno da paralisia na superfície organizada em "terra de ninguém" a condena, como condena todos os transportes de superfície por mais leves que sejam. Que nos restará pois como exército de terra na zona da frente? De um lado, guarnições à base de artilharia atômica, protegidas e camufladas. Do outro, unidades de vigilância e observação, organizadas em comandos muito móveis, isto é, a pé, e munidos de um armamento leve. Elas se manterão à retaguarda da "zona de morte" e serão largamente dispersas. Disporão, para seus deslocamentos, de aviões leves ou helicópteros. E deverão, com efeito, estar aptas, sobretudo, a repelir todas as tentativas dos pára-quedistas inimigos de efetuar o envolvimento vertical de nossa linha de defesa. Em suma, além de nossa rede de praças atômicas subterrânea defendidas por punhados de técnicos, exércitos de profissionais, teremos ainda necessidade do tipo de unidades e de homens que serão necessários para lutar na retaguarda.

Nosso exército de terra voltará a encontrar sua unidade.

Desembaraçado do impedimento, das armas inúteis que são os carros de combate e os canhões de campanha, ele poderá reconstruir-se à moda "colonial moderna", se assim se pode dizer.

Atentemos para o fato de que, no domínio da miniaturização atômica, os técnicos não disseram ainda sua última palavra, e que talvez a pistola atômica, com que os nossos filhos tanto se familiarizaram através das leituras infantis ilustradas, venha a tornar-se uma realidade. Não nos veio já, do outro lado do Atlântico, a notícia de que existe um engenho atômico explosivo de um quilo, transportável por um homem? Eis o que vai transformar as possibilidades das tropas lançadas de pára-quedas e dos comandos de guerrilheiros. O seu poder de destruição vai ser imensamente aumentado.

Aliás, essa é uma das leis de guerra mais bem estabelecidas. Se as possibilidades de construção do homem aumentaram consideravelmente, as possibilidades de destruição o fizeram em uma proporção infinitamente mais forte. outrora, era demorado e difícil construir pirâmides. Mas, se se tivesse desejado demolir-las, isso teria sido quase tão difícil e tão demorado.

Mesma observação (em menor grau) para o Coliseu e a Ponte du Guard. Mais perto de nós, a destruição de um castelo da Idade-Média era ainda uma tarefa difícil, mesmo com canhões. Com o advento dos explosivos modernos, as coisas se modificaram de forma singular, mas que medida comum existe entre a plasticidade dos elementos maquis da Resistência e as 1.000 toneladas de trotil que o soldado de amanhã vai poder levar ao pé de uma obra d'arte? Isto não tende a provar que a guerra da retaguarda terá tanta importância como a da superfície e a aérea? De todas as formas, isto põe em evidência, por contragolpe, a importância capital do fator humano e do moral, mesmo na época nuclear. Porque este engenho atômico de 1 Kiloton terá de ser colocado, custe o que custar, no lugar oportuno.

A própria Fôrça Aérea terá de se adaptar também ao "new look". Tendo desaparecido a batalha na frente, entre corpos aeroterrestres, êle deverá suprimir suas fôrças aéreas técnicas. Ele disporá, pois, para a batalha atômica, de:

- a) uma fôrça de represália;
- b) uma fôrça de defesa aérea.

Essas duas fôrças serão constituídas do porta-explosivos atômicos mais moderno e mais seguro. Por conseqüência, não é necessário que os aviadores se agarrem mais que os outros a seus velhos brinquedos. Dentro de muito pouco os aviões estarão superados. Cumpre apostar no projétil nos dois domínios. Apostar no projétil quer dizer dedicar a maior parte dos créditos, dos estudos e das experiências aos mesmos e a todo o seu sistema de orientação e navegação. Apostar no projétil não quer dizer que de hoje para amanhã os aviões de bombardeio ou de caça sem visibilidade, do tipo Vautour, vão desaparecer.

É necessário que os aviadores se desabituem dos aviões convencionais; e os infantes deverão desabituar-se da guerra clássica entre corpos terrestres e, por outro lado, habituarem-se a pensar em uma guerra subterrânea na frente e uma guerra de guerrilheiros na retaguarda. Certamente, e nós o sabemos bem, "a luta ao longo da trajetória", que sem dúvida será decisiva, travar-se-á em 3 tempos: avião contra avião, projétil contra avião e, finalmente, projétil contra projétil. É nesta terceira fase, sem dúvida alguma a mais difícil, que se deve pensar imediatamente e, sendo a tarefa que é, cumpre que nos apeguemos a ela sem rebuscos. Sabemos também que uma escada deve ter degraus, e que, se desejarmos transpor um número demasiado dêles, nos arriscaremos a uma queda grave e a ficarmos desprovidos de recursos no momento decisivo. Do mesmo modo, sublinhemos dois argumentos: primeiramente, que os estudos como aquêles de que falamos são demorados, difíceis e dispendiosos; em segundo lugar, que fazemos parte de uma aliança em que temos de colocar antes de tudo, à falta de potência industrial e demografia, uma das últimas coisas que nos restam: nossos cérebros, que valem tanto quanto os que mais valem neste planeta.

Eis porque estamos absolutamente de acôrdo com o Sr. Glaser quando escreve: "É-nos indispensável renovar constantemente e progredir sem a menor solução de continuidade. Acredito que o esforço despendido para os estudos e os protótipos não seja insuficiente, atualmente. Em vista do fato de que nenhuma emprêsa pode, sómente com seus recursos, apontar aparelhos novos, devido às despesas e aos riscos de tais operações, só o Estado pode financiar êsse esforço. Ora, as verbas de estudos do Ministério do Ar não parecem crescer na proporção dos problemas cada vez mais complexos que deverão ser tratados. Tomemos cuidado: essa insuficiência por um lado, e, por outro, a falta de técnicos e especialistas são de molde a provocar conseqüências graves. Para colhêr é necessário semear.

Ora, ésses créditos para estudo não podemos nós obté-los suprimindo, de um só golpe, planos inteiros, já superados, de nosso sistema atual? Suprimindo os aparelhos táticos, aéreos, destinados a apoiar uma batalha terrestre que não será travada, e eis com que estabelecer uma rede de radar sempre necessária, criar uma força de defesa e uma de contra-ataque. Há, aliás, outras economias a fazer — sob a condição, bem entendido, de que a questão das guerras periféricas não venha a manter em nosso flanco uma ferida aberta que acabará por nos tornar exangüe.

É inútil insistir aqui na necessidade que a França tem de possuir o explosivo atômico: toda a nossa argumentação é baseada nisso. O capitão-de-mar-e-guerra Ballande, de regresso de Bikini, dizia já, após as primeiras experiências do "pós-guerra": "As nações que não possuírem o explosivo nuclear riscar-se-ão por si mesmas da lista das grandes potências"; vemos hoje os ingleses, que compreenderam o "new look" antes de nós, preparando-se para diminuir suas forças aeroterrestres na Alemanha, e evitando fazer economias nas pesquisas nucleares e em sua força de defesa.

A força de contra-ataque e a força de defesa serão sempre, diga-se o que se disser, indispensáveis, porque representam a tradução das duas faces do Janus guerreiro: a ofensiva e a defensiva. Ocorre dizer que somos defensores resolutos das bases inteiramente subterrâneas, fazendo votos por que a possibilidade de decolar e aterrizar verticalmente venha logo suprimir a pista, único elemento "à superfície" que seríamos forçados a deixar subsistir hoje. As bases subterrâneas são, evidentemente, mais onerosas — e ainda o aumento do seu preço é muito menor do que geralmente se supõe. Mais vale construir duas bases subterrâneas que terão probabilidade de subsistir aos bombardeios atômicos, do que quatro bases à superfície, condenadas de antemão, com ou sem dispersão. O drama no pensamento militar é que êle pára, muito freqüentemente, a meio caminho. Em cinco anos, construímos mais de 100 campos "OTAN" concentrados à maravilha, e de tal forma que se poderia pensar que os nossos arquitetos vinham do lado do adversário. Ao cabo de cinco anos, lebramo-nos de um perigo já assinalado desde Hiroshima por numerosos pensadores e, para atender a isso, torna-se regulamentar a dispersão, no momento preciso em que a banalização da bomba termonuclear e sobretudo o conhecimento dos perigos do "fall out" (queda dos materiais radioativos após a explosão de uma bomba nuclear) tornam essa solução absolutamente inoperante. Portanto, as usinas das V2 alemães, os hangares suecos e trabalhos suíços, bem conhecidos, mostram à evidência onde está a única solução válida na era do envenenamento da superfície.

Aliás, as bases subterrâneas transformar-se-ão automaticamente em bases de projéteis toda vez que a precisão do tiro tornar inaceitáveis as móveis, isto é, no caso dos projéteis de grande raio de ação e, também, nos de defesa a curta distância, destinados a substituir os nossos caças atuais.

Por conseguinte, temos de planificar uma mudança completa dos meios de transporte, tanto em nosso material aéreo, quanto na nossa infra-estrutura. Estamos certos de que muitos dos bons elementos capazes já puseram mãos à obra. Tomemos cuidado sómente para que não receiem ser tachados de futuristas. O futurismo de hoje, é, rapidamente às vêzes, o conservantismo de amanhã. Não se diz que o próprio General Le May faz ressaltar os defeitos dos projetis dirigidos e se agarra a um SAC (Strategic Air Command) que começa a sentir o bolor?

A tarefa da aviação não terminou com o combate "para a frente". E nós vamo-nos encontrar aqui diante de uma dificuldade que seria deplorável se não pudesse ser superada dentro de pouco; é a da polivalência da aviação. Atualmente, com efeito, somos obrigados a manter dois sistemas quase inteiramente diferentes: um para o apoio do corpo de batalha terrestre atualmente estacionado na Alemanha, e o outro para a guerra periférica em que nos achamos empenhados na África do Norte. Se, a rigor, um caça a jato pode ser utilizado (em condições bem pouco satisfatórias, aliás) na Argélia, um T-6 ou um Bearcat não podem, evidentemente, ser empregados numa frente européia.

Observemos que as coisas se apresentam para a aviação como para o Exército de terra. Necessitaremos essencialmente de um exército "técnico" na frente, e de um exército "rústico" na retaguarda de nossas linhas. A aviação que preparamos, finalmente, para a África do Norte — e que teríamos podido possuir há muito tempo sem os erros deploráveis de direção de pensamento — poderá evidentemente servir para o exército da retaguarda. A aviação da frente será rapidamente uma aviação à base de projetis dirigidos. É sómente durante o período de transição que teremos a pagar duas espécies de aviões diferentes, mas ambas são necessárias.

A aviação da retaguarda será uma aviação leve cujas características capitais serão primeiramente a permanência e, em seguida, a possibilidade de utilizar qualquer pista sumária, enfim atirar contra todo o inimigo que seja detectado. Um Potez 25 T.O.E. ligeiramente melhorado desempenharia perfeitamente essa missão, e eu sustento isso, muito embora sinta o sorriso nos lábios de certos leitores, divertindo-se em ver tal afirmação sair da pena de um futurista revolucionário. Notemos que a miniaturização de explosivo nuclear vai transformar as possibilidades do avião ligeiro como a do guerrilheiro. Mas será necessário ver que ele não seja a primeira vítima de sua bomba.

Tenho posto em dúvida e duvido ainda da utilidade do reconhecimento, na primeira fase de uma guerra do futuro. Se não sabemos onde estão os objetivos, não será, certamente, o momento de ir procurá-los. E ainda será necessário conhecer os resultados obtidos. Os aparelhos de bombardeio desempenharão muito bem essa tarefa. Na era dos "robots", será necessário, sem dúvida, haver "robots" de reconhecimento. Ir e vir, porque os "robots" de bombardeio não voltam mais.

Quanto à aviação de transporte, o seu papel na batalha da frente, desde a primeira fase do conflito, será nulo. Bater-nos-emos com os

homens e os estoques de que dispusermos, mas, num país devastado, ela poderá, partindo das zonas onde ainda existem campos de pouso, vir lançar pára-quedas aos sobreviventes da superfície, aquilo de que necessitam para não morrer, se fôr possível. Ela desempenhará igualmente um papel decisivo na batalha de solapamento (ou apodrecimento) da retaguarda, lançando de pára-quedas reforços, armas e munições sobre os núcleos centrais no seio do território inimigo. Na defensiva, ela poderá executar em nosso benefício transportes de tropas de uma zona para outra. Contudo, é indispensável conservá-la e desenvolvê-la, ainda que não fôsse pelo papel capital que ela desempenha atualmente na guerra periférica.

A Marinha também deve deduzir as consequências da entrada da arma atômica em ação, em grande escala. Essas consequências são drásticas, pois condenam quase por completo todos os navios de superfície e fazem do submarino armado atómicamente o navio capital das esquadras do futuro.

Com efeito, a idéia ilusória de adaptar ao perigo novo as armas antigas e as antigas organizações, é aqui, como ali, condenada. Únicamente pelo deslocamento de ar (sôpro), a bomba termonuclear atingiria entre os navios distâncias de dispersão tais, que realmente não se poderia mais falar em força organizada. Mas o efeito térmico, por si só, permitirá reduzir os navios mais rebeldes a uma fogueira, sem contar a possibilidade de envenenar as águas das enseadas e portos e interditar às marinhas toda escala e todo reabastecimento.

Certamente que se pode presumir que o emprêgo da energia atômica poderá permitir aos navios abastecerem-se nas bases durante um espaço de tempo bastante longo, pelo menos da ordem do da primeira fase decisiva de uma futura guerra. Mas, acossados pelos aviões munidos de projétil ar-terra, expostos aos ataques de longe dos projetos de grande alcance disparados do solo, ou aos de um submarino de raio de ação tão grande como o seu e a uma velocidade da mesma natureza, perguntamos a nós mesmos que poderiam fazer os navios de superfície senão vaguear como os cruzadores alemães de 1914, antes de se submeterem ao holocausto final.

Sim, todos os navios de superfície estão condenados, e o porta-aviões é o primeiro. Porque os aviões que ele transporta jamais impedirão os ataques por projétils terra-terra ou ar-terra a partir do momento em que êsses ataques nucleares puderem ser desfechados de algumas centenas de quilômetros de distância, fora do raio de ação tático dos aviões de proteção. Detectados pelos Super-Constellation do tipo "Pregnant Goose" (Gansa Prenhe), eles próprios serão atacados antes que tenham podido atingir o ponto favorável ao lançamento de seus engenhos de ataque. Talvez possamos imaginar que serão capazes de lançar com êxito uma primeira vaga. Se podemos calcular que um radar que tiver dado o primeiro sinal de alerta pagou também seu preço, é difícil de sustentar a mesma coisa quando se trata de um navio capital do tipo

"Forrestal". Assim, a carência total de portos e de amplas enseadas, a baixa velocidade dos navios em relação à de seus inimigos aéreos, o alcance futuro dos projetis alerta pagou também seu preço, é explosivo, que permite desprezar a precisão, condenam as marinhas ao ocultamento debaixo dágua, tal como a terra é a única protetora do combatente do futuro.

Aqui, o submarino será o rei. É ele que irá colocar-se em posição à entrada do Golfo Pérsico, do Mar Branco ou — "mutatis mutandis" — da Mancha ou do Rio Hudson, que emergirá rapidamente, lançará seu projétil termonuclear e desaparecerá para ir recomeçar em qualquer outro lugar. Seu raio de ação quase ilimitado lhe permitirá realizar campanhas proveitosas. E graças a ele, como o dissemos antes, o papel da Marinha será, nas guerras futuras, mais importante do que jamais o foi. Porque, pela primeira vez desde o início da história do mundo, o navio poderá agir profundamente no interior dos territórios, fora da estreita zona litorânea. Tenhamos o cuidado, sómente, de não recomeçar com o submarino os erros do gigantismo. Porque, navio capital de amanhã, não duvidemos de que ainda o veremos aumentar de tamanho e tornar-se um dia monstruoso e morrer.

Que acontecerá, na era nuclear, ao transporte marítimo, que tem desempenhado papel tão importante nas guerras do passado? Se a guerra fôr curta, o que é provável, porque será a primeira de uma grande família, (1) ela se travará com aquilo de que se dispuser "in loco", e o transporte não terá que entrar em jôgo.

Será necessário, pois, dispersar ao máximo os navios mercantes, nos países neutros, se os houver, nas enseadas mais secretas e mais acolhedoras. Mas se a guerra se prolongasse, não há dúvida de que se teria de renunciar aos transportes de superfície e recorrer aí, também, aos dois outros domínios: o do ar e o das profundezas do mar. Daí a construção provável de frotas de aviões de transporte e submarinos que a propulsão atômica, que virá amanhã, vai tornar senão fácil, pelo menos realizável para as grandes potências.

Uma última questão pode-se apresentar aqui ou em qualquer outro lugar: a da polivalência. Para as guerras periféricas, a marinha do "new look" que acabamos de evocar seria utilizável, apropriada e suscetível de dar resultados compensadores? Como no caso da aviação, é necessário ter a coragem de reconhecer que não. Será que a marinha clássica vai encontrar nessas espécies de emprêgo uma utilidade que lhe permita conservar sua estrutura atual? Não, sem dúvida, porque cumpre reconhecê-lo, o papel da marinha, fora do transporte, é sobretudo simbólico e destinado a provar que esse velho corpo é sempre

(1) Depois das guerras com lança, arco e flecha, pólvora e petróleo, eis que chegam por fim as guerras nucleares. Ora, parece que as primeiras de uma nova família de guerras são geralmente as mais curtas, porque a gente ainda não sabe comportar-se bem diante delas e, muitas vezes, um adversário consegue pôr o outro a K. O. no primeiro "round".

igualmente corajoso, igualmente disciplinado e igualmente eficaz, sejam quais forem as condições de combate em que seja colocado. E aqui temos a satisfação de proclamar bem alto que, essa prova, a marinha, a faz por têda a parte onde é empregado. Constitui isso uma razão para não se proceder a uma revisão dos programas navais, para não se suprimirem os porta-aviões condenados de antemão, sobretudo num mar interior como o Mediterrâneo, os cruzadores e até os comboios, acérea dos quais, como já se disse, que a cabeça chegaria a Alger quando a cauda mal estava saindo de Toulon? Nós não o cremos. A Marinha deve, como as outras fôrças armadas, fazer o seu exame de consciênciâ.

Assim, uma revista rápida das três armas mostra-nos um certo número de constantes, das quais ainda será necessário ter na mais alta conta que a primeira e mais importante é a falta de conformidade considerável da superfície (da terra ou da água) na época da arma termo-nuclear. Depois de se haverem batido à superfície durante séculos, os homens têm feito fracas tentativas para se baterem por cima e por baixo. E, agora, êles vão ser obrigados a isso. O processo por "afundamento" nos ares, na terra ou nas profundezas do mar, aparece como o único válido.

O segundo é a certeza de destruições espantosas — tanto de bens materiais quanto de vidas humanas — que conduziriam muito provavelmente a um enfraquecimento rápido da vontade do combatente, o menos bem armado moralmente. Em consequência: guerra curta, que se fará com o que se tiver à mão, literalmente, um quarto de hora mais que o outro, guerra enfim em que a proteção civil adquire uma importância jamais imaginada até aqui.

Pode-se extrair destas considerações um certo número de conclusões sobre o plano da preparação para a guerra: não se deve ter medo de ir até o fundo dessas idéias. A primeira é relativa à forma que deve assumir o nosso aparelho militar. Se raciocinarmos bem, acreditamos que êle deve compor-se de duas partes essenciais: um pequeno corpo de técnicos especialistas, encarregado de fazer a guerra técnica, e um grande corpo de guerrilha que terá mais necessidade de um moral de ferro do que de uma grande especialização. Deduz-se daí que necessitamos de um pequeno exército de profissionais ao qual será necessário dar o relêvo necessário para que não emigre para o meio civil (como se verifica atualmente nos Estados Unidos e Canadá) e um exército nacional que, não tendo necessidade de uma grande especialização, poderá efetuar um serviço militar mais curto. Entrevê-se aqui, com a supressão de todos os materiais tornados obsoletos, uma nova fonte de economia. A probabilidade de uma guerra curta, que se fará com o que se tiver à mão, conduzirá também à revisão de nossas idéias sobre a mobilização. De que serve mobilizar divisões que não poderão estar nos devidos lugares senão no dia D+30, no momento em que tudo estará terminado? É o exército profissional que manterá a superfície, com meios técnicos altamente especializados. É êle que desempenhará o papel de

Leônidas nas Termópilas. Na retaguarda, a mobilização dos grupos de comandos para a guerra de contraguerrilha será regional e instantânea. Nossa rumo de pensamento deve ser aproximar-nos do sistema suíço tanto quanto o permitir o valor patriótico de nossa população. É certo que há regiões inteiras na França onde o sistema de unidade suíça poderia ser pôsto em vigor, até mesmo na distribuição de armas aos cidadãos soldados.

Finalmente, a guerra que imaginamos deve permitir uma diminuição considerável dos serviços que se hipertrofiam de forma tão considerável, que muitas vezes tiraram ao próprio exército todo o seu sentido e sua vitalidade. Poderei recordar aqui que uma divisão de infantaria norte-americana moderna comporta mais elementos do Serviço de Saúde do que fuzileiros? O corpo de batalha que defende a superfície deve ser capaz de se manter sem reabastecimento. Tudo, ou quase tudo, deve estar pré-estocado nas praças de armas atômicas.

Quanto aos comandos de contra-guerrilhas, deverão poder adaptar-se a uma logística simples, imitada da que pudemos estudar na China, mais tarde na Indochina, e agora na África do Norte entre nossos adversários.

Antes de terminar, é necessário dizer uma palavra acerca das grandes questões de organização geral das fôrças armadas e do comando. A "fusão" está sendo discutida mais uma vez na América, e muitos calculam que a uma revolução no armamento deve corresponder uma revolução na organização. A supressão dos corpos de batalha aeroterrestres clássicos, o aparecimento dos projetis dirigidos nos três domínios clássicos devem impedir a unificação de tudo o que houver de técnico, enquanto que tudo o que restar de mais "humano" na retaguarda deve poder ser igualmente unificado. Este conceito simples resolve a questão dos projetis dirigidos que devem pertencer, incontestavelmente, ao que substituirá a aviação de hoje. E além do mais, a diversificação da arma nova será tal, que a classificação atual em projetis táticos ou estratégicos arriscar-se a ser bizantina e inaplicável. Sejamos simples — por vezes, é necessário. Certamente que, durante muito tempo, seremos obrigados a conservar a divisão clássica dos três domínios — Ar, Terra e Mar. Mas será capital evitar a confusão que leva hoje aviadores a formarem companhias de infantaria e soldados de infantaria a armarem esquadrilhas de aviões. O princípio a adotar, quando uma arma tem necessidade, para cumprir sua missão, de elementos pertencentes a uma outra, é o princípio da colocação à disposição para emprêgo. Acrescentamos que, no escalão superior, o Ministro da Defesa Nacional deve velar por que o Exército, que põe uma parte de suas fôrças à disposição do outro, não vá fazer o impasse a essa missão, à qual consagra o material e o pessoal necessários. Assim, tudo o que vai ao ar, para os aviadores, tudo o que está por cima ou por baixo da terra aos terrestres, e tudo o que fica à superfície ou por baixo da água, aos marinheiros. Esta é uma teoria simplista, certamente, mas estamos certos de

que seja menos eficaz que as combinações complicadas e ilógicas que temos visto desde há anos?

Por cima dos três Comandos, nós permanecemos fiéis mais do que nunca à concepção de um Estado-Maior de Defesa Nacional, cívico-militar, instrumento de trabalho de um Vice-Presidente do Conselho, Ministro da Defesa Nacional. Com efeito, nenhuma tarefa de preparação para a guerra é totalmente militar ou totalmente civil. A separação da função militar pura e da função de coordenação com os Ministérios civis é, a nosso ver, um êrro. É no seio dos próprios gabinetes de um só Grande Estado-Maior que devem ser efetuados os estudos por civis e militares estreitamente combinados, conhecendo-se bem e desejosos de trazer a lume as questões importantes.

Por cima de todos êsses grandes problemas encontra-se o da Aliança Atlântica. Atualmente, muitas vezes se denunciam as fraquezas.

Um dos princípios de nossa doutrina de guerra é que, na época atómica mais do que nunca, nenhuma nação será capaz de se defender sózinha — mesmo as maiores e as mais fortes. A união, mais do que nunca, faz a força. Devemos, pois, conduzir-nos de tal sorte que os laços da Aliança não se desfaçam, antes, pelo contrário, se tornem cada dia mais apertados. Devemos, ao mesmo tempo, procurar dar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que é nossa principal garantia de paz e de sobrevivência, mais eficácia e mais dinamismo. Mas afasto-me do terreno militar, que não desejo deixar.

Finalmente, após esta longa análise do horizonte, gostaria de assinalar, para os leitores de "Forces Aériennes Françaises", algumas reflexões:

— Estamos no limiar de uma revolução na arte da guerra, de uma amplidão jamais conhecida, desde o aparecimento do fogo.

— Toda revolução na técnica exige uma revolução na organização, na estratégia e na tática.

— As conclusões a que se chega, ao analisar todos os dados de um problema, devem ser seguidas com rigor, por mais revolucionárias que possam parecer. É necessário ir sempre ao fundo de suas idéias. As acomodações são sempre más: é necessário evitá-las corajosamente.

— Praticamente, as guerras nucleares arriscam-se a tornarem-se insuportáveis para os homens à superfície do solo e das águas: a vida e, portanto, a guerra emigrarão para as profundezas da terra e dos oceanos, permanecendo os céus como o apanágio dos "robots".

— As possibilidades de destruição postas à disposição de um infante tenderão a dar à guerra de guerrilha a amplidão de uma guerra técnica.

— Por tôdas estas razões, é provável que o inimigo se abstenha de desencadear uma guerra atómica, preferindo cercar-nos pouco a pouco,

vencendo, na periferia, guerras de guerrilha não atômicas, como já começou a fazer na Ásia Sudeste, e como tenta fazer na África do Norte.

— Na imensa mudança de rumo que tem a efetuar, a aviação, se deseja subsistir, deve ganhar a corrida em que se acha empenhada com os projetis. Tôda nossa atividade científica e industrial deve tender a esse resultado. Um país sem moral não pode ganhar uma guerra, ainda que disponha de um armamento atômico excelente. Um país decidido a defender-se até o fim será muito facilmente vencido, mesmo pela bomba. É necessário, pois, para que nosso país permaneça uma grande nação, que encontre novamente o moral dos "poilus" de 1914, que construa rapidamente um armamento nuclear e que, por fim, não perca as guerras periféricas em que se acha empenhado.

Podemos atingir êsses três objetivos se realmente o desejarmos, isto é, se tivermos uma doutrina centralizada no patriotismo e na vontade de sobreviver.

NECESSIDADE DUMA DOCTRINA

"Para arrostar com a guerra, não é suficiente possuir seus "eternos princípios", nem ter feito planos para as primeiras horas, os primeiros dias ou as primeiras semanas. É preciso uma Doutrina. De que forma, sem Doutrina, poder-se-ia eficazmente adaptar princípios e ensinamentos à realidade, tal como ela se apresenta? Como, sem Doutrina, obter essa disciplina intelectual, que, só ela, pode assegurar a unidade de ação, desde o comandante-chefe até o mais humilde dos subordinados? Como, sem Doutrina, conduzir a instrução, principalmente a dos quadros e dos homens da reserva, que não podem consagrar tôda sua atividade e tôda sua meditação ao estudo dos problemas militares de seus respectivos escalões? É preciso uma Doutrina tão objetiva quanto possível, apesar de tôdas incertezas presentes".

Cel NEMO, do Ex Francês

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECÔNCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESSES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRAÑCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.

II — ORGANIZAÇÃO

1. A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Major AMERINO RAPOSO FILHO

1 — Ainda não é desta feita, que pretendemos discorrer especificamente sobre tema tão significativo para nossas Fôrças Terrestres, embora, desde há um ano, tenham as colunas de nossa Seção se constituído em ponto de convergência de inúmeras advertências relativamente a vários aspectos doutrinários da organização de nossas fôrças. Bastaria, aliás, citar entre outros, os seguintes trabalhos, todos fartos de ensinamentos e conceitos dignos de profunda meditação, pelas idéias que encerram:

- A Guerra Moderna e a organização Militar Brasileira, do Cel A.L. Arêas;
- Princípios Gerais de Organização do Cel A.L. Arêas;
- Qual o Caminho a Seguir? do Ten-Cel H.O. Wiederspahn;
- A Cavalaria Soviética, do Ten-Cel Obino Alvares;
- O "Exército Profissional de Charles De Gaulle, do Ten-Cel H.O. Wiederspahn;
- A "Reichswehr" de Von Seeckt, do Ten-Cel H.O. Wiederspahn;

Por sinal, na apresentação que vimos fazendo de todos êsses excelentes estudos, tecemos breves comentários com vistas, sobretudo, ao Problema Militar Brasileiro, no que interfiere com a estruturação de nossa Instituição.

2 — Entendemos, porém, já ser oportuno formular um apelo a todos os camaradas, das Escolas, dos Estados-Maiores e da Tropa, no sentido de que colaborem conosco, nessa verdadeira cruzada de recuperação institucional, digamos assim, comentando e sugerindo medidas, providências; escrevendo artigos para nossa Seção. Enfim, envidando todos os esforços, para que nosso Exército reencontre seu destino profissional consoante as necessidades da Guerra Moderna e dentro da Realidade Militar Brasileira. Um Exército verdadeiramente atualizado, profissional, reduzido e pobre que seja, mas apto a cumprir as Missões que lhe impõe a Carta Magna e, ademais, em condições de participar de compromissos no campo Mundial.

3 — Dizíamos nós, em números anteriores, quando focalizamos aspectos relativos às reestruturações de nossas Fôrças Terrestres em Bases mo-

dernas flexíveis, em conformidade com as recentes possibilidades da Ciência e da Técnica e da Indústria no Brasil, mas, sobretudo, tendo em vista, as peculiaridades do nosso Homem e das Áreas Geoestratégicas de atuação provável, dentro e fora do território nacional; dizíamos nós:

a. Como atenderemos às missões constitucionais, de manutenção da ordem interna e defesa do país contra qualquer agressão externa, ampliado o conceito pelos compromissos (regionais) e no quadro do mundo ocidental?

b. Para que estruturas organizacionais evoluir, nos sul-americanos? Diretamente para o que entendem as potências mais industrializadas, ou, ao contrário, para uma solução doméstica, regional, que rapidamente possa evoluir para outras bases mais poderosas?

c. Se, dadas as condições particulares de nossos teatros de Operações (imensidade territorial, grandes áreas ilhadas, adversidade e diversidade de clima em cada uma das áreas geoestratégicas e entre elas e singularidade das linhas de transporte), não apelamos para a massa, a potência, os grandes efetivos; GU e Unidades volumosas e ricamente dotadas em meios poderosos; como devemos entender e equacionar o problema das GU e Unidades de "pé de paz" e "de pé de guerra"?

d. As DI, por exemplo, deverão ser daquele tipo FEB (norte-americana), pesada, de 15 a 18.000 homens (tipo I), de farta divisionária de 68.000 homens e exigindo 600 toneladas diárias de suprimentos, custando 300 milhões de dólares por ano? Ou a DI leve dos russos (também da 2a GM), de 11.000 homens, de farta divisionária de 23.000 homens; e exigindo um consumo de 150 toneladas diárias e seu custo, oscilando pelos 60 milhões de dólares por ano? Ou, a alemã, ainda mais reduzida, manobreira e econômica? Ou, mesmo, como se apresenta a DI Pentométrica norte-americana atual (13 000 homens)? Ou a solução será buscada nos tipos mais leves propostos pelos franceses, alemães ou suíços? Onde, em alguns casos se busca uma DI ideal, de 6.000 homens, inspiração numérica daquele efetivo das melhores estruturas de todos os tempos, a legião romana (6.000) e a Divisão napoleônica (6.000)?

e. Não tem sido à base de estruturas leves, de efetivos extremamente reduzidos (2.500 a 3.500 homens) que têm operado nossas Divisões de Infantaria nas campanhas em que tomamos parte em TO sul-americano?

f. Não visa "Doutrina Militar Brasileira" a se constituir em tribuna para debate dos diferentes aspectos que interferem com a concepção da Guerra, de modo geral, mas, sobretudo, à indagação, à pesquisa, e confessêmo-lo — ao estabelecimento das bases filosófico-militares para a estruturação doutrinária de uma maneira de ser, de pensar, mas principalmente de agir, em conformidade com as verdadeiras Finalidades Constitucionais de nossas Forças Terrestres?

g. Para isso, há que cerrar o pensamento, conduzi-lo ao instrumento de emprêgo, aos meios, e de nenhum valimento será qualquer trabalho

nesse sentido, se o complexo edifício da "arte essencialmente prática e de pura execução", não conhecer organizações estruturais essencialmente objetivas e condizentes com as missões precípuas que se impuserem às Fôrças Terrestres.

h. Já podemos, portanto, enfrentar, mais de perto o problema das estruturas organizacionais que melhor convém às Fôrças Terrestres do Brasil, e isso porque destacadas foram:

- as Formas da Guerra Moderna, suas características e peculiaridades;
- as aquisições no campo técnico-científico-industrial;
- as tendências doutrinárias do pensamento militar atual;
- a valorização, como nunca, do Homem Brasileiro e compreensão de suas reações emocionais, sobretudo para enfrentar a guerra Revolucionária.

5. Já podemos, pois, meditar mais objetivamente sobre alguns aspectos organizacionais das estruturas que vão aplicar a Doutrina Militar Brasileira. Que se ampliem os estudos, os debates e, sobretudo, que se divulguem essas idéias nas colunas de "Doutrina Militar Brasileira", para que se constituem em subsídios, em cooperação espontânea aos Chefes e ao Estado-Maior, no sentido de com êles cerrar fileira na reformulação do Problema Militar Brasileiro e consequente reestruturação de nossas Fôrças Terrestres, para o pleno atendimento às necessidades da Guerra Moderna (Regular e Revolucionária), para que, finalmente, nossa Ordem de Batalha atenda, em verdade àquelas três Missões que se impõem às Fôrças Terrestres e portanto:

- que exista, em cada área geoestratégica-militar um conjunto de fôrças, recrutadas, organizadas, equipadas e adestradas para aí operar, em conformidade com as diferentes características do espaço operacional e aproveitando, ao máximo, as peculiaridades do Homem dessas regiões;
- que o núcleo de fôrças aí colocado, esteja em condições de realizar operações regulares e irregulares;
- que se disponha, além disso, de um núcleo central de fôrças, constituídas por Unidades profissionais (quadros e tropas, estas com tempo de serviço militar nunca inferior a 3 anos), altamente especializadas, de grande mobilidade, sobretudo estratégica, para acorrer a qualquer das áreas em crise e aí atuar, em curto prazo, como Fôrça Decisiva, em Ações Regulares ou Irregulares.
- finalmente, que se venha, oportunamente a constituir um outro núcleo mas aí para as necessidades "de exportação" em face de compromissos assumidos no campo internacional e consoante, naturalmente, não tanto à Doutrina essencialmente nacional, mas possivelmente, da procurada pela OTAN...

2. A "REICHSWEHR" DE VON SEECKT

Ten-Cel HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN

(Continuação do número anterior)

Os que, depois de 1945,...

Os que, depois de 1945, criticaram von Seeckt e sua obra, por haver organizado a "Reichswehr" sobre bases apolíticas, como é lógico e mesmo normal em todos os exércitos nacionais permanentes, tanto monárquicos como republicanos, falseiam a verdade por omissão, voluntária ou não, da influência e dos méritos do então presidente Friedrich Ebert e das circunstâncias do momento. Foi o próprio Ebert, presidente civil e não "militarista", político social-democrata e não "reacionário", de origem humilde, antigo seleiro, e não da burguesia enriquecida ou da pequena nobreza rural prussiana, chefe sindical e promotor de uma greve geral do operariado da indústria bélica durante a guerra e não dos círculos de novos ricos e "profiteurs" econômicos da época, quem deu a von Seeckt plena autoridade e um máximo de confiança e prestígio quanto à seleção e ao preparo dos quadros da nova "Reichswehr", inclusive em seus esforços apolíticos, como o único meio para obter da mesma um apoio nacional acima dos partidos e da politicagem reinante.

Toda a gestão de von Seeckt, como comandante por delegação presidencial ou "chefe da direção do exército" (Chef der Heeresleitung), coincidiria com os dois períodos presidenciais exercidos efetivamente por Ebert. Sómente após a morte deste, em 1925, e a eleição de von Hindenburg como seu sucessor, é que von Seeckt deixaria o cargo em 1926. E, como em sã consciência, ninguém ousaria taxar Ebert e seu governo de antidemocrático, nem mesmo o seu ministro da Defesa Nacional Gessler, sucessor de Noske em 1920, devemos concluir que a "Reichswehr" apolítica de von Seeckt foi obra exclusiva da república social-democrata alemã de então!

Liddel Hart, um dos que repetem em seus livros as mesmas acusações a von Seeckt quanto aos esforços deste em manter a "Reichswehr" como um "rocher de bronze" (rochedo de bronze) dentro do ambiente caótico reinante então na Alemanha daquele pós-guerra, cujos governos parlamentaristas sómente se constituíam à base de coalisões partidárias de existência precária, geralmente entre social-democratas e elementos do centro cristão e católico, a ponto de assinalarem 8 chefes governamentais (chanceleres do Estado ou do Reich) entre 1919 e 1925, nos períodos presidenciais de Ebert, e outros 7 daí até a nomeação de Hitler para o cargo, em 1933, talvez, como "bom inglês" se acostumara ao regime patrio tradicional bi-partidário (na Alemanha existiam para

mais de 16 partidos concorrendo às eleições gerais), esquecendo a posição do exército real britânico inteiramente apolítico e profissional também. Fora disto exaltaria von Seeckt por haver desenvolvido e imposto um conjunto de idéias novas que insuflaria uma vida nova e progressista ao seu exército, conduzindo-o de modo tal que o recuperaria inteiramente, mais do ponto de vista qualificativo que quantitativo.

Aproveitando bem das chicanas constantes dos membros da comissão de controle inter-aliada, cujas intervenções se orientavam mais para as aparências antiquadas que para a essência das idéias novas, soube aproveitar ao máximo os melhores elementos do antigo exército, mesmo aqueles não chamados para o serviço ativo, facilitando-lhes missões e experiências técnicas no estrangeiro, com contratos pessoais no Japão, na China, na Rússia soviética, nos Estados do Báltico e mesmo em nossas repúblicas sul-americanas. Os aviadores foram aproveitados em serviços civis nas mais variadas empresas de aviação. Outros ainda preencheriam cargos civis, como funcionários nos departamentos militares, e assim cooperavam com os colegas uniformizados.

Foi von Seeckt que deu à "Reichswehr" suas características fundamentais de extrema mobilidade, considerando que um exército assim organizado e capaz de agir rapidamente, dotado de efetivos pequenos mas tecnicamente bem instruída e treinada para tal fim, poderá perfeitamente envolver e destruir efetivos bem maiores que continuem obedecendo aos sistemas usuais em voga no teste no final da guerra anterior e que, assim, se apresentem mais morosos e menos manejáveis. É o que se depreende dos textos baixados então para orientar a instrução e o preparo técnico da "Reichswehr" de 100.000 homens, apesar das limitações materiais impostas pelas cláusulas do tratado de Versailles, pois, naqueles surge sempre o preceito da surpresa como fundamental em todos os atos de guerra futuros. Sem o fator surpresa a "Reichswehr" dificilmente teria capacidade para levar a bom termo qualquer missão operativa, no que precisaria também adotar um máximo de mobilidade e de manejabilidade quanto ao emprego das reservas, tanto táticas como estratégicas, mesmo que para uma completa exploração do êxito fosse necessário deslocar rapidamente o centro do esforço principal (Schwerpunkt) anteriormente planejado.

Mas, para conseguir êstes objetivos de um máximo de manejabilidade operativa, tratou-se de dotar as unidades da "Reichswehr", embora de acordo com as restrições impostas pelos vencedores de 1918, de numerosos meios de transmissões e comunicações, tecnicamente os mais modernos e perfeitos, cada vez mais aperfeiçoados. Comparando êstes meios e seus serviços técnicos aos orgânicos ainda nos grandes e perfeitamente armados dos exércitos vizinhos, na França, na Bélgica, na Polônia e na Tcheco-Eslováquia e mesmo na Iugoslavia, chegariam a parecer algo exagerados. Ao mesmo tempo passou-se a exigir dos comandos de todos os postos hierárquicos, do general ao capitão, que acompanhasssem sempre as operações guerreiras muito mais de perto que o normal ante-

riormente, o mais próximo ao combate, afim de sentirem melhor e mais rapidamente as variações normais surgidas durante a ação, para lhes facilitar intervenções pessoais imediatas em proveito da continuidade operativa visada!

Procurando, assim, obter um máximo das 7 divisões de infantaria e 3 de cavalaria (21 regimentos de infantaria e 18 de cavalaria, além das respectivas unidades orgânicas de artilharia de campanha leve, bem como desta proporção estranha imposta pelos vencedores de 1918, von Seeckt declararia que, obrigatoriamente, teria que construir sobre êstes meios limitados, mas que suas diretrizes e regulamentos procuravam "corresponder aos de uma potência militar moderna e não apenas ao do exército alemão de 100.000 homens como fôra organizado de acordo com as determinações do tratado de paz". (6) Seus sucessores no alto pôsto de "chefe da direção do exército" depois de 1926 todos nomeados pessoalmente pelo novo presidente von Hindenburg tanto o general Willelm Heye, entre 1926 e 1930, general barão Kurt von Hammerstein Equord, entre 1930 e 1934, e mesmo o general barão Werner von Fritsch, entre 1934 e 1938, continuaram no mesmo sentido, principalmente este último após o restabelecimento do serviço militar obrigatório na Alemanha de Hitler, e com a reorganização da "Reichswehr" fora das anteriores delimitações, auxiliado pelo novo ministro da Guerra general Werner von Blomberg, simultaneamente comandante supremo das fôrças armadas, e aconselhado pelo meticuloso e culto general Ludwig Beck como novo chefe do Estado-Maior do Exército.

De acordo com suas idéias pessoais sobre o exército do futuro, embora procurando manter-se estritamente dentro das delimitações do tratado de Versailles, afim de evitar novas intervenções da comissão inter-aliada de controle, von Seeckt abria caminho para a reorganização do futuro exército sob bases novas. Seu livro "PENSAMENTOS DE UM SOLDADO" continua, a nosso ver, tão importante como o de 1934 divulgado por De Gaulle como "VERS L'ARMÉE DE MÉTIER" e os posteriores da autoria de Liddel Hart, desde que os consideramos do ponto de vista humano e fundamental das idéias perenes sobre comando e psicologia da conduta da guerra, conservando o que é essencial e adaptando sempre o secundário e o variável, o tático resultante do emprêgo de novos meios técnicos e de novas armas, às circunstâncias impostas pelo progresso e pela evolução material!

Se von Seeckt pouco se refere em seu livro à arma blindada, em sua época ainda não suficientemente desenvolvida, dar-lhe-ia grande e poderoso impulso pela extrema mobilidade com que procurara dar às fôrças armadas de sua Pátria e o carinho com que procurara desenvolver a técnica das transmissões. Preferia um exército profissional, como o de Alexandre Magno em Arbelas, a um exército de massas e milhões, su-

(6) Captain L. H. Liddel Hart, THE OTHER SIDE OF THE HILL. — 3^a edição, de 1951. — Pág. 28.

màriamente instruído e que já naquela campanha do passado clássico fracassara por sua falta de maneabilidade. Um exército de massas facilmente escapa ao contrôle do alto comando, seus movimentos são por demais morosos e quando consegue vencer ao inimigo, o consegue exclusivamente por sufocamento e raramente pela manobra. Suas idéias a respeito se assemelham às de De Gaulle e de Liddel Hart, pois um exército de massas sumàriamente instruído sómente poderá ser mantido ininterruptamente com os meios modernos em países superpovoados como a Rússia soviética, a China continental e quiçá a atual república da Índia!

Com a cavalaria numerosa impôsta pelo tratado de Versailles tentou von Seeckt elevar também ao máximo o espírito inato à mesma arma, isto é, sua mobilidade e sua velha influência como fator decisivo na exploração do êxito, tal como se iria exigir depois da arma rápida de blindados. O preparo dos chefes na cavalaria sempre exigiu decisões muito mais rápidas, quase imediatas de suas unidades, que às normais nas demais, que na época ainda se achavam sob a influência da luta de trincheiras no Oeste. Não foi por outra razão que Liddel Hart vira nas campanhas rapidíssimas do terrível e sanguinário Gengis-Kan as bases táticas e estratégicas para o desenvolvimento de suas idéias operacionais dos futuros blindados como arma autônoma, nem que Guderian recorreria a um estudo cuidadoso da perseguição napoleônica após a batalha de Iena. Uma leitura atenta das considerações de von Seeckt sobre o que imaginava acerca do "exército do futuro", de seu comando supremo e do emprêgo da cavalaria altamente desenvolvida e treinada exigirá apenas uma ligeira adaptação quanto à arma rápida blindada para coroar sua obra! Mas em tudo procura chamar a atenção daqueles que facilmente se entusiasmam pelos recursos materiais criados pela técnica em prejuízo da essência mesmo do homem, de seu espírito. "O material baseia-se em sua supremacia apenas sobre a massa viva e mortal, nunca em relação ao espírito humano vivo e imortal!" (7)

Assim, o papel de von Seeckt como criador e instrutor da "Reichswehr" de 100.000 homens, voluntários profissionais altamente selecionados e treinados em seus 12 anos de serviço, seria como aquél de von Schlieffen antes de 1906 quanto ao preparo e treinamento da oficialidade imperial alemã nos quadros de estado-maior, ambos chamando sempre a atenção pelo que há de perigoso no imobilismo mental da rotina e de idéias preconcebidas fixas. O aforisma com que von Schlieffen reagia à expressão de seus auxiliares e alunos frente a conceitos comprovados retrucando que "nada do comprovado é definitivo, muito menos o que é anacrônico", bem como as novas idéias operativas constantes de seu já citado memorial de 1912 para servir à elaboração de um novo plano de campanha contra a França em face das novas circunstâncias de então e que não aconselhavam mais as bases sobre as quais se elaborara o famoso e tão discutido de 1905 de sua autoria, preconizando, em sua substitui-

(7) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Pág. 91.

ção, uma ruptura estratégica, como a de Gorlice em 1915, a fim de provocar uma situação favorável ao envolvimento inimigo, tal como em 1940 se conseguiria com o emprêgo dos blindados de Guderian, levariam von Seeckt a resumir o pensamento schlieffeniano fundamental segundo os conceitos seguintes:

"A destruição do inimigo constitui a finalidade da guerra, mas muitos são os caminhos que conduzem a tal fim!"

"Toda operação precisa orientar-se segundo uma idéia simples e clara. A esta idéia operativa devem subordinar-se todos e tudo!"

"Sobre o ponto decisivo devemos impulsionar o potencial decisivo; somente ao preço de sacrifícios alcançar-se-á o sucessor!" (8)

Aluno e admirador de von Schlieffen, cuja personalidade rapidamente passara a se transfigurar pela legenda, como quase todos os gênios reconhecidos como tal, von Seeckt também lutaria pela difusão e pela verdadeira compreensão da essência de suas idéias, atualmente incorporadas a toda doutrina de guerra, tanto entre nós, como nos Estados Unidos e mesmo na Rússia Soviética! É através da sobrevivência de suas idéias, de sua obra, que os homens se tornam imortais, mesmo quando, como no caso de von Schlieffen estas idéias passam a bem comum universalizado e sem que se citem continuamente o nome do mestre!

Nesta sua luta contra a transformação das idéias schlieffenianas em "slogans" transfiguradores das mesmas, compreenderemos perfeitamente a maneira algo sarcástica com que von Seeckt começa seu livro editado inicialmente em 1929. Declarou, então, que "três" coisas existem contra as quais o espírito humano tem combatido em vão: a estupidez, a burocracia e o "slogan". Talvez se assemelhem todas três exatamente porque se nos pareçam necessárias. Eu desejaria deixar a outro contemporâneo mais arguto a luta inútil contra a estupidez; declaro-me inteiramente como um fracassado na luta contra a burocracia militar, e, apenas, tentaria esboçar uma luta contra alguns dos "slogans" mais em voga no nosso meio militar! Contra a influência dos numerosos "slogans" que correm de boca em boca, verdadeiros "fantasmas", aconselha como "recurso mágico", o único meio capaz de reduzi-los às devidas proporções "uma mentalidade esclarecida!" (9)

Muito mais perigosos que muitas das citações de grandes homens quando mal empregadas ou truncadas em sua essência lógica, êstes "slogans" chegam a escravizar mentalidades temerosas ou pouco esclarecidas em proveito de aventuras políticas, econômicas e mesmo militares. Ainda hoje sofremos o impacto de alguns dêles, como "pacifismo", "imperialismo", "militarismo", "civilismo", "nacionalismo" e "guerra de

(8) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Pág. 36.

(9) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Págs. 9 e 26.

agressão", ligados a outros muito nossos conhecidos aqui no Brasil desde antes de 1930, como "reacionário", "revolucionário histórico", "continuista", "bonapartista", "comunista", "facista", "nazista", "granfino", "entreguista", golpista", etc. E nem sempre seu verdadeiro significado se harmoniza com a realidade ou com os objetivos visados por quem proclama e emprega tais "slogans"! São simples armas demagógicas de ataque, de defesa e até mesmo de camuflagem farisaica pessoal ou coletiva!

Dêstes "slogans" aquêle que maiores atenções mereceria da parte de von Seeckt seria exatamente aquêle que se generalizara então entre seus companheiros de farda e até entre dirigentes políticos civis na Alemanha. A guerra perdida fizera da expressão schlieffeniana de "Cannae" (Canas) uma poderosa "fórmula mágica" de vitória militar malbaratada, um verdadeiro "slogan" e não uma designação simbólica da idéia fundamental ligada à batalha de aniquilamento, conseguida após o cerco total do inimigo. Mas o ideal de uma "Cannae", o do aniquilamento pelo duplo envolvimento contrário, transformado em "slogan", ameaçava prejudicar todo faciocínio tático em muitos chefes subalternos dentro da "Reichswehr", que pensavam subordinar tôda manobra, tanto sobre a carta, como no terreno, obrigatoriamente a um duplo envolvimento. Criticou von Seeckt estas tendências dogmáticas, estas idéias fixas que arrastavam sistemáticamente certas mentalidades a procurar envolver duplamente o adversário, a qualquer preço e sem medir a própria capacidade de meios para tal. Havia quem os alongasse com dispositivos, em ambos os flancos, diluindo-os em seu potencial de atacante, tal como após a batalha do Marne, em 1914, na França. "Cannae" como "slogan" operacional chegava a prejudicar fôssem reconhecidas possibilidades evidentes de um sucesso pela ruptura da frente adversa, desprezando até configurações do terreno. Daí von Seeckt insistir nas possibilidades de vitórias aniquiladoras após uma ruptura estratégica da frente inimiga, como preliminar do próprio envolvimento, traduzindo o ideal schlieffeniano em sua verdadeira essência, graças às experiências pessoais colhidas em Gorlice, contra os russos czaristas em 1916!

Árduo seria, pois, o seu trabalho neste sentido e no da preparação, aperfeiçoamento e atualização constantes dos quadros da nova "Reichswehr", já que as disposições do tratado de Versailles sómente permitiram a existência de escolas de formação inicial básica para candidatos ao oficialato, uma para o exército, uma para a marinha e poucas outras para as armas especializadas terrestres e navais. Escolas de comando e estado-maior haviam sido expressamente interditadas. O tradicional e já centenário Grande Estado-Maior de Berlim, a obra fundamental de von Scharnhorst, fôra dissolvido pelos vencedores e sua reestruturação proibida. O único recurso seria o de manter viva a tradição aperfeiçoada pelo velho Moltke e por von Schlieffen através de cursos regimentais, de pequenas manobras de quadros e de um incentivo permanente e pessoal de oficiais selecionados, dando-lhes trabalhos táticos e estratégicos que se assemelhavam bastantes aos sistemas vigentes antes de 1914 para

a formação e recrutamento dos auxiliares de um grande estado-maior camuflado. O futuro mostraria que, mesmo sem a obrigatoriedade de possuir um diploma ou um curso completo de uma Academia de Guerra ou de uma Escola do Estado-Maior, o sistema educacional adotado pessoalmente por von Schlieffen para adestramento e aperfeiçoamento de seus auxiliares, previstos para exercerem responsabilidades de altos comandos e de chefia de estado-maior de grandes unidades, era apto para selecionar um quadro de estado-maior como aquêle da "Wehrmacht" alemã de 1939 a 1945, sucessora desta "Reichswehr" de von Seeckt e surgida de seu desdobramento, ordenado por Hitler, a partir de 1935.

Acusa-se, freqüentemente, von Seeckt de ter influído para que a oficialidade da nova "Reichswehr" se mantivesse afastada de todo interesse por problemas relacionados tanto com a política nacional interna como externa, a exemplo do "grande mudo" francês surgido no exército republicano daquela "grand nation" desde a queda de Napoleão III e os desastres de 1870 e 1871. Se falha houve, não lhe coube culpa alguma, pois sempre foi notório o desinteresse chocante da generalidade do povo alemão pelos problemas políticos, principalmente nas chamadas classes burguesas e até na pequena nobreza tradicional. Isto se comprova até entre nós, entre os brasileiros de origem ancestral teuta, os quais parecem contentar-se exclusivamente em cumprir o seu dever político votando nas eleições! Não seria, pois, de estranhar que por lá a politização popular começasse entre o proletariado e os menos favorecidos, em proveito dos partidos de tendências extremistas e demagógicas! Mas nada poderia proibir se interessassem individualmente os oficiais comandados por von Seeckt por assuntos extraprofissionais, inclusive aquêles mesmos problemas ideológicos e políticos, tanto internos como externos!

Como desde os tempos monárquicos, de antes de 1918, continuava-se atribuindo exclusivamente ao poder civil supremo, isto é, ao chefe do Estado e ao seu governo as responsabilidades não-militares, inclusive em sua política interna e externa. Em seu livro expõe claramente esta subordinação tradicional, bem como seus pontos de vista quanto à posição do "exército dentro do Estado", exigindo do exército compreensão e identificação pelo "Estado", mas, exigindo também dêste o necessário carinho pelo seu exército. Este "serve ao Estado, só ao Estado, porque ele representa o próprio Estado", motivo pelo qual "o exército deve ser político quanto à compreensão estrutural do Estado", mas "em hipótese alguma ligado à política dos partidos", sejam êstes governantes ou oposicionistas. (10)

(10) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Págs. 102 a 116.